



PARTE D

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho n.º 4775/2015

Tendo em consideração o disposto na alínea *a*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e atenta a regulamentação que decorre dos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º daquela lei, na redação da Lei 64/2011, de 22 de dezembro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, o inspetor Paulo Jorge António Barreto, para o cargo de Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros do Supremo Tribunal de Justiça, com efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

A presente nomeação é fundamentada no reconhecimento da aptidão, perfil e características que se consideram adequadas ao exercício do referido cargo.

Publica-se em anexo nota curricular do nomeado.

4 de maio de 2015. — O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, *António Silva Henriques Gaspar*.

Nota curricular

Inspetor de Finanças na IGF, desde 08.08.2011 até ao presente, tendo desenvolvido a sua atividade na área do Controlo Financeiro Público, realizando trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira

Diretor do Departamento Financeiro e de Património, desde 01.01.2011 a 07.08.2011 do Instituto do Desporto de Portugal, I. P. (Presidência do Conselho de Ministros), desempenhando funções semelhantes às realizadas na DGRS.

Diretor de Serviços Financeiros e de Património, desde 07.03.2008 até 31.12.2010, da extinta Direção-Geral de Reinserção Social (atual Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

Chefe da Divisão de Gestão Financeira, em regime de substituição, do extinto Instituto de Reinserção Social, atual Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), desde 01.07.2006 até 06.03.2008.

Exercício de funções na Inspeção-Geral de Finanças (IGF) com início em 20.03.1996 até 30.06.2006, estando afeto à Área do Controlo Financeiro Público.

Entre outubro/95 e março/96 — Técnico Superior na Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, tendo como funções essenciais, designadamente, a elaboração dos orçamentos das suas Delegações e a definição da estratégia de preços da sua Direção Comercial.

Entre setembro/93 e setembro/94 — Consultor-assistente na área de sistemas de informação em empresa multinacional do sector.

Entre setembro/92 e abril/93 — Estagiário no Banco Português de Investimento (BPI). O estágio foi desenvolvido na área comercial e teve como principal vertente a análise de crédito a pequenas e médias empresas.

208615569

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 4776/2015

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, datado de 22 de abril de 2015, foi o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Henrique Manuel da Cruz Serra Baptista, desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilção.

23 de abril de 2015. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

208592508

Despacho (extrato) n.º 4777/2015

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 14 de abril de 2015, foi autorizado o pedido de cessação da licença sem remuneração de longa duração formulado pelo Exmo. Juiz de Direito Dr. Paulo Duarte de Mesquita Teixeira e por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 24 de abril de 2015, foi destacado, como auxiliar, até ao próximo movimento judicial, para o conjunto das Secções Criminal e de Família e Menores da Instância Central da Comarca de Porto Este, tudo com efeitos a partir de 03 de maio de 2015.

27 de abril de 2015. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

208598413

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho (extrato) n.º 4778/2015

Consolidação da mobilidade interna na categoria de técnica superior

Por meu despacho de 20 de abril de 2015 e após anuência da Senhora Secretária-Geral do Ministério da Economia foi autorizada, nos termos do n.º 3, do artigo 99.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade interna da técnica superior Maria Cristina Rodrigues de Vilhena e Veiga, na mesma carreira e categoria do mapa de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com efeitos a 20 de abril de 2015.

20 de abril de 2015. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito Teixeira* (Procurador da República).

208594152



PARTE E

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Deliberação n.º 760/2015

Subdelegação de competências nos Diretores das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação da UA

Considerando o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e a atual natureza jurídica da Universidade de Aveiro, fundação pública com regime de direito privado;

Considerando os Estatutos da Fundação UA, em anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2009, de 27 de abril, e os Estatutos da UA, homologados pelo Despacho Normativo n.º 18-A/2009, de 30 de abril, do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no *Diário da República* n.º 93, 2.ª série, de 14 de maio, bem como a deliberação n.º 947/2014, publicada no *Diário da República*, n.º 75, Série II de 16 de abril;

Considerando que, nos termos dos Estatutos da UA, o Reitor pode delegar nos Vice-Reitores, Pró-Reitores e Administrador da Universidade, bem como nos órgãos de gestão da Universidade, comuns ou das unidades e serviços, as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente;